



Anais da Assembleia

N.º 42

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 04 DE MAIO DE 1978.

ANO IV

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 40ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 04 DE MAIO DE 1978.

QUINTA-FEIRA

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1.978.

(a) Ezequias Losso.

Presidência do Senhor Deputado Jurandir Messias, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e David Federmann.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Otássio Pereira, Renato Bernardi e Waldenício Barbalho (29); achando-se ausentes os Senhores Deputados José Domingos Scarpelini, Ernesto Gnoato, Ivan Rüppel, Adalberto Daros, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Luiz Alberto Oliveira, Maurício Fruet, Nilso Squarezi, Osvaldo Macedo, Paulo Camargo, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Werner Wanderer, Wilson Fortes e Gilberto Carvalho (25).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO – procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO – procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Concília Lombardi Cunha – tronco de tradicional família paranaense.

Comunique-se à família enlutada à Rua Aminthas de Barros, 803.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1.978.

(a) Erondy Silvério.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja consignado na ata da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Concília Lombardi Cunha, ocorrido ontem em Curitiba.

A veneranda senhora além de mãe dedicada, foi exemplo de operosidade no desenvolvimento do amor fraternal.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa, aos Drs. Getúlio e Tancredo Lombardi Cunha.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja cosignado na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido em data de ontem, dia 3, na cidade de Cascavel, do SR. MÁRIO PIMENTEL DE CAMARGO.

Tal passamento vem de consternar a região do Sudoeste do nosso Estado, tendo em vista que o extinto, pessoa das mais relacionadas, exerceu o mandato de Prefeito Municipal de Irati e Guarapuava, exercendo, também, entre outros, o cargo de Diretor do Parque Nacional de Foz do Iguaçu.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1.978.

(a) Fuad Nacli.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, nos seguintes termos:

EXCELÊNCIA:

A Assembleia Legislativa do Paraná, vem à presença de Vossa Excelência expor e reivindicar o que se segue:

Considerando que a estrada Maringá-Itambé já está recebendo o benefício da pavimentação asfáltica, o que certamente beneficiará aquela região, presenciamos um movimento reivindicatório de São Pedro do Ivaí, pretendendo a continuidade do serviço de pavimentação para interligações de Itambé-São Pedro do Ivaí.

Por ser de direito e justiça a presente reivindicação, apelamos a Vossa Excelência, no sentido de atendê-la, premiando os habitantes de São Pedro do Ivaí que tanto têm contribuído para o desenvolvimento de nosso Estado.

Na expectativa de merecer a atenção e o atendimento de Vossa Excelência, agradecemos mui

Respeitosamente

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1.978.

(a) Del Ciel.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, apelo no sentido de que determine melhorias na estrada de União da Vitória a Porto Vitória e na estrada de Porto Vitória a Bituruna, que se acham em péssimas condições para trânsito.

JUSTIFICATIVA:

Sr. Presidente, a referida estrada merece por parte do distrito rodoviário de União da Vitória, melhor conservação.

Temos a impressão de que o referido órgão aguarda a construção da nova estrada de Bituruna a BR.153, as péssimas condições de conservação não dão condições ao trânsito.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1.978.

(a) Domício Scaramella

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado a Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, veemente apelo no sentido de ser instalado com urgência, através da Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR, um Posto Telefônico na sede do Distrito de Douradina, Município de Maria Helena.

Tal solicitação se faz em razão do crescente desenvolvimento que vem apresentando aquele Distrito, que possui uma população estimada em mais de trinta e hum mil habitantes, sendo que na sua sede são mais de seis mil e quinhentos habitantes, com quinhentos e cinco estabelecimentos comerciais, hum mil, setecentos e vinte e três propriedades agrícolas e expressiva produção agrícola e bovina, que por si só demonstra a grande importância sócio-econômica que representa o Distrito naquela rica região noroeste do nosso Estado.

A necessidade da instalação de um posto telefônico é das mais prementes e deve merecer toda a atenção do Poder Público nesta justa reivindicação em prol da continuidade do progresso que está a exigir aquele Distrito.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1.978.

(a) Waldenício Barbalho.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado a Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, veemente apelo no sentido de ser determinada com urgência a instalação de uma agência do Banco do Estado do Paraná, na sede do Distrito de Douradina, Município de Maria Helena.

O crescente desenvolvimento do Distrito, está a exigir que o estabelecimento bancário oficial do Estado, mantenha ali uma agência, a fim de atender a uma população de mais de trinta e um mil habitantes, sendo seis mil e quinhentos habitantes na sede, uma rede de mais de quinhentos estabelecimentos comerciais e uma expressiva produção agrícola e bovina, que demonstram a importância sócio-econômica do Distrito na região noroeste do Estado.

De grande benefício, não só para aquela região como também, do próprio Poder Público, é a justa reivindicação que se faz com o presente apelo, em favor da continuidade do progresso do Distrito de Douradina.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1.978.

(a) Waldenício Barbalho.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Entre o Município de Araçongas, autorizado pela Lei Municipal n.º 1.198, de 01/09/77, e o Governo do Estado do Paraná, "ad referendum" desta Casa, celebrou-se convênio para a execução de reparos em diversos prédios públicos, inclusive onde funciona o Grupo Escolar 19 de Abril.

De acordo com a citada Lei do Município, que faz parte integrante do aludido Convênio, seria destinada a importância de Cr\$ 158.662,60 (cento e cinquenta e oito mil, seiscentos e sessenta e dois cruzeiros e sessenta centavos), a cargo do erário

estadual, para as obras do Grupo Escolar 19 de Abril, complementando o Governo Municipal o necessário para as obras ali programadas.

Cumpra esclarecer, ainda, que no referido prédio funciona, também, o Ginásio Estadual Colônia Esperança, sendo o mesmo, embora próximo da sede do município, um dos mais importantes estabelecimentos de ensino da área rural da região.

Ocorre, entretanto, que, muito embora fixado em 90 (noventa) dias o prazo para que o Município de Araçongas efetuasse a obra, que corre à conta do orçamento previsto para o exercício financeiro de 1977, até o presente, sequer foram as mesmas iniciadas.

Sabendo-se que o inadimplemento contratual por parte daquela Prefeitura, conforme cláusula sétima do respectivo instrumento, tem força resolutive, ensejando a rescisão mediante declaração unilateral, o Convênio em referência foge de seu curso normal. Ademais, as próprias condições inflacionárias de nossa economia tornam impraticáveis quaisquer retardamentos de tal espécie, o que, no caso, somado ao cumprimento da lei, implica nas responsabilidades específicas dos administradores.

Em razão do exposto e tendo presente, afinal, que o Convênio em exame foi subscrito, por delegação do Governo do Estado, com a Secretaria de Estado da Administração, a fim de poder relatar e votar junto à Comissão de Constituição e Justiça, a Proposição n.º 66/78, da Mensagem n.º 2/78, do Poder Executivo, que pede o referendo de tal Convênio, adotando-se os caminhos concernentes à matéria, de conformidade com a Carta Estadual (art. 16, V), requer:

1 — Sejam solicitadas informações do ilustre titular da Secretaria de Estado da Administração, Dr. João Elízio Ferraz de Campos, ou de quem lhe fizer as vezes, a fim de que, na parte enfocada supra, se digne esclarecer se considera ainda em vigor o Convênio, ou se novo prazo foi concedido ao Senhor Prefeito Municipal de Araçongas, Dr. Antônio Grassano Júnior, para cumpri-lo integralmente, bem assim, se o considera inteiramente cumprido em seus demais itens.

2 — Por se tratar de matéria conexa, cuja Proposição tomou nesta Casa o n.º 59/78, para fins idênticos aos anteriores, seja esta Casa informada, pelo mesmo órgão, também, se houve cumprimento integral do Convênio celebrado pela Secretaria da Administração com a Prefeitura Municipal de Araçongas, em data de 03 de novembro de 1.977, no valor global de Cr\$ 1.048.287,34, para reparos em vários prédios escolares.

Pede que, do presente, uma vez aprovado, seja encaminhada cópia do presente à Câmara de Vereadores de Araçongas.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1.978.

(a) Muggiati Filho.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, requerem após ouvido o Plenário, seja apreciado, em regime de urgência, o Projeto de Lei n.º 40/78, que dá nova redação ao parágrafo 4.º, do artigo 3.º, da Lei n.º 6.569, de 27 de junho de 1.974 e artigo 4.º, da Lei n.º 6.593, de 15 de agosto de 1.974.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1.978.

(aa) Fidelcino Tolentino e Gabriel Sampaio.

JUSTIFICATIVA:

O artigo 4.º, da Lei n.º 6.593, de 15 de agosto de 1.974, apresenta grave erro em sua composição, sendo impertinente

a sua permanência na forma tal como se apresenta. Por outro lado, ambos os dispositivos que se pretende adequar ao real espírito daquelas leis, tolhem aos inválidos e aos servidores que se aposentam por implemento de idade, gozarem dos benefícios da incorporação da gratificação de produtividade aos seus proventos, daí a necessidade de corrigir-se urgentemente tal distorção a fim de evitar-se injustiças.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer seja encaminhada à d. Comissão Especial que estuda anteprojeto que reestrutura a Procuradoria Geral do Estado, a seguinte sugestão de EMENDA ADITIVA. "Inclua-se onde couber":

Art. O reajustamento dos proventos dos funcionários aposentados nos cargos de Advogado Geral, Sub-Consultores e Procuradores da extinta Consultoria Geral do Estado, será feito, de ofício, na base dos vencimentos do cargo de Procurador de 3ª classe.

Parágrafo único — Os Advogados aposentados nos níveis 26 e 27 terão seus proventos de inatividade reajustados, de ofício, na base dos vencimentos do cargo de Advogado de 2ª Classe.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1978.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

Com a exclusão dos advogados inativos do plano de reclassificação dos cargos de atividade, da mesma categoria funcional, se desconsidera uma porção que, embora sem expressão quantitativa, é integrada por elementos que dedicaram toda a sua vida funcional em favor do Estado, seja no exercício de sua defesa judicial e administrativa, seja no exercício de elevados cargos e funções públicas igualmente importantes, a seu tempo, no desenvolvimento dos serviços da administração pública estadual.

No entanto, os aposentados integram a mesma comunidade social, sujeitos aos mesmos encargos financeiros, à mesma instabilidade monetária de nossos dias, sem nenhuma diferença daqueles que permanecem na atividade.

Ademais, toda a legislação social, na qual se integra, indubitavelmente, a legislação que rege a atividade funcional pública, vem, de há muitos anos, evoluindo no sentido de não minimizar o poder aquisitivo do aposentado, na igualdade de condições com que se defronta ele ao lado dos demais componentes de uma sociedade constantemente submissa a eventos conjunturais de toda espécie.

Cumpra, também, relevar outro aspecto da questão.

Os vencimentos do advogado inativo já estão defasados em relação aos que hoje se aposentam, em razão da atribuição de produtividade e da gratificação pela prestação de serviços extraordinários.

O deferimento da revisão de proventos não importa em expressiva despesa, uma vez que existem no Estado apenas 46 advogados inativos.

Disposição legal que dispusesse sobre a revisão de proventos do aposentado, na base ora pleiteada, não seria aberrativa da consciência jurídica do legislador, por que assentada no consagrado princípio da isonomia.

O Governo Federal adotou a mesma sistemática, conforme se vê do Decreto Lei n.º 1325, de 26 de abril de 1974.

Outrossim, deve-se levar em consideração o que estabelecem as leis 2622, de 10/10/55, e 3.780, de 1960. O artigo 1.º daquele diploma diz: "O cálculo dos proventos dos servidores civis da União e bem assim dos servidores das entidades autárquicas ou paraestatais que se encontrem em inatividade e dos que para ela forem transferidos, será feito na base do que perceberem os servidores em atividade, a fim de que seus pro-

ventos sejam sempre atualizados".

Por sua vez, o artigo 63 da Lei 3780, reza que:

"As vantagens financeiras constantes desta lei são extensivas aos servidores inativos de acordo com a Lei 2622, de 19.10.55".

Por outro lado, a Jurisprudência indica a continuidade dos preceitos contidos na referida Lei 2622, conforme decisões em recursos submetidos à apreciação dos Tribunais. Dentre estes, encontra-se o de n.º 17.285, julgado pelo Tribunal Pleno do Supremo Tribunal Federal em que o erudito relator enfatizou: "Ora, esta Lei 2622, determinou que o provento da aposentadoria seja revisto para ser calculado à base do que vieram a receber os funcionários em atividade".

Referindo-se ao mesmo impetrante que obteve ganho de causa - o voto vencedor assinalou: "Ora, a hipótese é de funcionário aposentado na última letra da carreira de oficial aduaneiro, ao que se recursou a melhoria concedida aos que se encontram em atividade no último nível numérico da carreira". Mais adiante, destaca que: "O impetrante aposentou-se no último posto da carreira, quando esta era escalonada alfabeticamente, de A a O. Lei posterior estabeleceu a designação numérica de 1 a 18. Mas isso não alterou a carreira nem a situação do impetrante, que permanece como inativo no escalão final."

Aplicando-se este raciocínio aos advogados inativos, é de assegurar a posição que conquistaram por seus esforços prevenindo a eles o reajuste correspondente aos níveis de mesmo grau dos que estão em função.

Pelas razões expendidas, sugerimos a presente emenda à d. Comissão Especial, que estuda a Proposta de Reestruturação da Procuradoria Geral do Estado, na expectativa do seu acolhimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, sejam encaminhados apelos às autoridades acima mencionadas, no sentido de que sejam liberadas as cotas de milho destinadas aos suinocultores, e aos avicultores do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1978.

(a) LÁZARO DUMONT

JUSTIFICATIVA:

Levando em consideração a difícil situação que atravessa a agricultura paranaense nos seus mais variados setores, a suinocultura e a avicultura passam realmente por momentos difíceis, necessitando de medidas protetoras urgentes, e uma delas, sem dúvida, é a liberação imediata das cotas de milho para este setor da agropecuária do Estado do Paraná. Talvez o que mais justifica este nosso pedido, é que centenas de suinocultores e avicultores estão sendo obrigados a se dispor de seus rebanhos atuais, principalmente de matrizes, o que sem dúvida trará graves prejuízos à suinocultura e à avicultura do Estado do Paraná. Solicitamos que o presente apelo fosse encaminhado através de telex, tendo em vista que os apelos neste sentido já vem de há muito tempo.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Renato Bernardi, primeiro orador inscrito. — (Ausente).

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

As consequências da seca que vem assolando o território paranaense, já atingiram proporções tais, que, preocupam seriamente, muitos dos que atuam nos setores econômicos.

A administração pública, por isso, tem sua atenção voltada para os problemas, propondo medidas que possam minimizá-

los. Assim, contando com a importante colaboração dos meios de comunicação, tem encarecido a necessidade da conscientização do povo em geral, quanto à urgência em se adotar medidas que possam popuar água e luz.

A Companhia Paranaense de Energia Elétrica, com este objetivo, está promovendo uma campanha, que, será estimulada, com maior ênfase, nos próximos dias, com a qual revela que a prolongada estiagem que vem sendo observada desde os fins do ano de 66, durante o ano de 77 e notadamente neste primeiro quadrimestre de 78, começa a ter reflexos na capacidade de produção de energia elétrica da COPEL, com seus principais reservatórios acusando níveis jamais verificados em épocas similares.

Cita, como exemplo, o reservatório da Usina Parigot de Souza, que está hoje, com menos de 40 por cento de sua capacidade de armazenamento, quando o normal, para a época, deveria ser em torno de 90 por cento.

O período denominado de enchimento do referido reservatório, corresponde aos meses compreendidos entre outubro a março de cada ano; a perspectiva, portanto, de se iniciar a recuperação do nível daquela represa, é esperada, apenas na melhor das hipóteses, para o mês de outubro do ano em curso.

Note-se, que a usina foi poupada, ao longo de todo o ano de 1977, trabalhando com cerca de 50 por cento da sua capacidade máxima.

Para se ter uma idéia do que vem ocorrendo com a capacidade de geração da usina hidráulica da COPEL, vale lembrar que, de janeiro a abril do corrente ano, o montante geral foi de 470 milhões de kw/hora, contra 617 milhões, em igual período do ano passado, o que evidencia um decréscimo de 24 por cento; em contrapartida, o mercado da COPEL experimentou um crescimento de 23 por cento no mesmo nível considerado.

Estes dois fatores atuando simultaneamente, aumento do consumo e diminuição da capacidade própria de geração, fizeram com que a concessionária estadual ativasse ao máximo sua usina térmica de Figueira, e comprasse maciçamente, da Eletrosul e de São Paulo, o necessário complemento de energia. No presente, em fase dessas condições hidrológicas desfavoráveis, o atendimento à carga total da concessionária paranaense é feito, segundo a composição seguinte: 71 por cento de energia comprada e 29 por cento de energia própria, dos quais, 4 por cento, de natureza térmica.

O elevado nível de compra é uma tentativa de preservar os níveis atuais de seus reservatórios, que já começam a atingir o limite máximo de segurança operacional.

Realmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a integração de todos que possam incluir na comunidade e da própria comunidade, se faz, mais do que nunca, imprescindível, para que não entremos em um colapso econômico que traga consequências até irreversíveis em nosso Estado. Por isso ocupamos essa tribuna para, pensando em voz alta, dizer da nossa grande responsabilidade, no sentido de participar ativamente, dessa campanha lançada pela COPEL, levando àqueles a quem representamos, a mensagem de que a poupança da água e da luz se constitui em dois pontos muito importantes para os nossos dias. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Del Ciel.

O SR. DEL CIEL — Sr. Presidente, eminentes Srs. Deputados.

Anuncia-se uma grande festa para o dia de amanhã, na Capital do Estado. Constituiu-se até mesmo, um comitê de recepção, comitê de recepção que se denominou "Operação 555". Numa alusão ao dia, mês e hora da chegada do futuro Governador do Paraná, Ministro da Educação Ney Braga.

Esse comitê de recepção, ficaria melhor denominado, se tivesse se constituído na "Operação 477". Chegará ao Paraná, no dia de amanhã, Ney Braga, o único Ministro da Educação

que passou o período revolucionário pelo Ministério da Educação e Cultura, e que traiu o seu Estado, chegará ao Paraná, o Ministro Ney Braga, premiado com o governo do responsável pelo destino do meu povo nos próximos anos que virão. Todos os ministros que tiveram acesso ao MEC, federalizaram as Universidades dos seus Estados, e nós do Paraná, com pesar, sentimos que Ney Braga deixa o Ministério da Educação e Cultura, sem cumprir com o dever, com o compromisso moral, com a obrigação que tem para com o povo paranaense.

Virá ao nosso Estado debitar, devendo justiça às nossas universidades, devendo justiça aos universitários paranaenses. Mas Ney Braga foi um dos tantos que passou pelo Ministério da Educação e Cultura após 1964, e quando Vereador, em Londrina, pronunciando o que poderia ocorrer com a juventude estudiosa do meu País, já anunciava então a nossa preocupação com o destino dos estudantes brasileiros, visto que todos os ministros que por lá passaram e mais acentuadamente, no atual governo com Ney Braga, os caminhos que abriam para a educação em nossa Nação eram negros. Transformaram a geração de universitários brasileiros — e isto foi comprovado neste Governo, com o Ministério da Educação e Cultura, sob o comando de Ney Braga, numa juventude universitária impotente e até mesmo incapaz para prestar uma prova de redação no vestibular.

Foi Ney Braga, comandando o MEC, que esta geração, que quer beber cultura, que quer se desenvolver, foi induzida a assinar o seu atestado de incapacidade, com um elevado índice de reprovação nos vestibulares, onde a prova de redação foi aplicada.

E é, eminentes Deputados e Sr. Presidente, com pesar que vimos à tribuna, para retratar esta realidade de gente presente na Nação brasileira, pois o atual governo sob o comando do futuro governador do Paraná, que anuncia como meta prioritária para o seu Governo, a educação que se implantou sistematicamente a censura, a cultura e a arte na Nação brasileira.

Um bloqueio total para impedir até mesmo, que jovens predestinados a se transformar em sábios, não pudessem passar de um simples, modesto estudante em todo o território nacional.

Foi sob o comando do Ministro da Educação e Cultura, Ney Braga, que as nossas universidades foram invadidas pelas milícias brasileiras; que as lideranças estudantis foram presas em todo o nosso território. Foi sob o comando do Ministro Ney Braga, da Educação, que vem ao Paraná se anunciando como o salvador da educação e da cultura em nosso Estado, dos cercos às nossas universidades e todos os tipos de repressão que ocorreram e se deram nos últimos anos.

Esse, o homem escolhido para governar o Paraná e para sorte de toda a juventude estudiosa da Nação brasileira, esperando que para o Ministério da Educação e Cultura se indiquem homens cônscios, responsáveis e preocupados, que reconheçam a necessidade de burilar e de formar as grandes lideranças que terão a obrigação de dirigir esta Nação nos próximos tempos, nas nossas universidades.

Este, o homem escolhido para dirigir o Estado do Paraná. O Ministro Ney Braga, cujo comitê de recepção 555, lembrando bem o Decreto Lei 477, festivamente recepcionará na Capital do Estado, no dia de amanhã. Seja bem-vindo, Interventor Ney Braga; seja bem-vindo, Interventor do Estado do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nesta tarde nós estamos encaminhando à apreciação desta Casa, um requerimento que pede providências ao Sr. Governador do Estado, ao Sr. Secretário de Finanças do Estado do Paraná, e pedir também que seja dado ciência desta solicitação nossa, ao Ministério da Fazenda e à Comissão de Financiamento à Pro-

dução. O requerimento tem o seguinte teor: (Lê)

"Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente requerimento, no uso de atribuições regimentais, requer, após manifestação do Plenário sejam enviados expedientes aos Excelentíssimos Senhores Governador do Estado, Secretário de Finanças e Ministério da Fazenda (Comissão de Financiamento à Produção), enfatizando a necessidade premente de serem canceladas as autorizações de venda de milho paranaense no mercado brasileiro com isenção do Imposto de Circulação de Mercadorias.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1978."

E nós justificamos este requerimento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em onze itens: (Lê)

"JUSTIFICATIVA:

1 - Os estoques de milho do Paraná estão hoje pela casa das 600 mil toneladas quando o parque moageiro paranaense utiliza uma média mensal de 120 mil toneladas.

2 - Este parque moageiro é responsável pela produção de 60% do fubá consumido no país.

3 - A Bolsa de Cereais de São Paulo está vendendo, às terças e quintas-feiras, milho do estoque da CPF a fabricantes de rações, criadores de aves e suínos de todo o país, cotando o saco de 60 kg a Cr\$ 120,00 (cento e vinte cruzeiros), mais ICM.

4 - Este milho foi adquirido do produtor, principalmente paranaense, a um preço médio de Cr\$ 58,00 (cinquenta e oito cruzeiros), sendo que o preço mínimo era de Cr\$ 64,00, descontando-se Funrural e umidade.

5 - O consumo anual brasileiro é de 18 milhões de toneladas.

6 - Até setembro nossos estoques estarão a zero e será necessária a importação do produto que será colocado no porto a Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros) o saco de 60 kg.

7 - Isento de ICM na comercialização interestadual, o milho paranaense durará 30 dias. Agravado pelo ICM, poderá existir por mais 60 dias.

8 - O Governo Brasileiro anuncia a importação de 1 milhão de toneladas, sendo que somente o Paraná precisará de 500 mil toneladas para aguardar a nova safra.

9 - O Paraná é detentor do terceiro maior rebanho suíno do País. Os produtores não terão condições de suportar o preço de Cr\$ 170,00 que se presume deverá estar o saco de 60 kg do milho, após as importações.

10 - O produtor recebeu o preço médio de Cr\$ 58,00 por saco e pagará mais de Cr\$ 150,00 para seu próprio consumo.

11 - Comete-se injustiça com o fabricante, com o produtor e com o consumidor urbano."

Sr. Presidente, tenho a impressão que com esses 11 itens eu justifico o requerimento. Mas, dentro desta crise geral por que passa a agricultura paranaense, e conseqüentemente, a sua comercialização, nós deveremos estar com a lavoura de trigo, com esta estiagem, praticamente comprometida já na sua fase inicial de plantio. Nós temos como alternativa válida, o milho e seus derivados. O Paraná, de uma produção estimada de cerca de 6 milhões de toneladas para o consumo interno, real no País, de 18 milhões de toneladas, tem hoje um estoque que dará no máximo para 60 dias.

Isto implica dizer que além disso, as grandes empresas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, conseguiram autorizações da Secretaria de Finanças, para isenção de ICM, autorização esta que não existe mais a partir de 1.º de maio, mas existiu até 30 de abril, e de posse dessas autorizações com data anterior a 1.º de maio, essas empresas estão exportando para o mercado brasileiro, para outros Estados, o milho paranaense, cujo estoque, já é temerário para o nosso próprio consumo. Isto posto, com uma previsão de 30 a 60 dias de duração do estoque paranaense, nós teremos já, no mês de agosto, deficiência total no

mercado interno paranaense.

Temos que nos utilizar das cotas de importação que o Governo Federal procederá, vendendo à Comissão de Financiamento à produção, vendendo o milho, adquirido ao produtor paranaense por menos de 60 cruzeiros a saca, vendendo este milho, hoje, a 120 cruzeiros, e depois, colocando o produto no parque moageiro paranaense, a mais de 150 cruzeiros, beirando à casa dos 170.

Assim, Sr. Presidente, é necessário que se tomem medidas urgentes para que ainda mais, desse setor da alimentação popular não venha a se estrangular de vez, neste Estado, que sempre foi considerado o celeiro do Brasil.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE : — (Jurandir Messias). - Concedo a palavra ao sétimo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna, com dificuldade, Sr. Presidente; com dificuldade porque a seca que está acometendo a nossa região Oeste do Paraná, e que recentemente, por lá estivemos, nos acometeu também pela poeira, pelo sol, pelo desespero que a região está a viver. E este clima de desespero que está acometendo o agricultor, principalmente, o agricultor, é de tal ordem desalentadora, que como dissemos ontem em aparte concedido ao eminente Deputado Lázaro Dumont, não sabemos avaliar ou projetar os efeitos que a seca causará no plano econômico e, principalmente, no social. E Cascavel como sede da região; Cascavel, que encampou inclusive adjetivos, como Capital do Oeste, como o Centro das Decisões do Oeste, como Terceiro Polo Geo-Econômico do Paraná, e outros mais, vive hoje em estado desesperador, calamitoso. E em vários depoimentos que pudemos colher, com pessoas responsáveis ligadas a Bancos, funcionários de diversas escalas, empresários, agricultores, profissionais liberais, quase todos são unânimes em declinar uma preocupação especial com Cascavel. E o pior é o que se comenta, de que o Governo, e aí se estende também ao Governo Municipal, o Governo está só preocupado em fazer mobilização do povo, buscando um objetivo que na nossa interpretação, é um objetivo eleitoral e por isso de somemos importância para o processo social.

É que o executivo de Cascavel, Sr. Presidente, pretende adquirir ou contrair um empréstimo de dez milhões de cruzeiros para realizar a construção do estádio, do estádio ou o chamado antigo campo de futebol. O futebol que empolga toda assistência; futebol que faz o operário esquecer dos problemas, o futebol de que somos também aficionados e gostamos, mas que pensamos nós, em consonância com essas premissas que norteiam também o raciocínio de homens de responsabilidade, de responsabilidade sócio-econômica e financeira, não é a melhor oportunidade para ser instalado. Outras obras de maior significação social e econômica exigem prioridade.

Não é só porque, a situação de calamidade que vive a região, está a exigir um comportamento diferente do Governo, principalmente, naquele que retrata a instalação de um distrito industrial, compatível com o equacionamento da economia, compatível com as necessidades básicas daquela região, primordialmente no estágio em que vivemos; onde grandes indústrias geradoras de empregos foram à falência. As centenas de empregados, buscam e não encontram emprego; agricultores que deixam as suas lavouras e vão para as cidades; a transferência de sólidos capitais para o Mato Grosso; a Rua das Flores que está sendo badalada para ser construída em Cascavel, numa flagrante contradição, que leva a crer na instabilidade regional.

E nós já afirmamos em nossos vários posicionamentos:

- Primeiro, temos que construir e equacionar fontes geradoras

de produção, depois poderemos construir as áreas de lazer, que é para completar a felicidade e o gosto pela vida, mormente de quem já tem uma vida estável.

E é esta posição, Sr. Presidente, que encampo desta Tribuna da Assembléia, quem sabe, também para iniciar uma fase de análise de cada região, por parte de seus representantes, para que o Governo instrumente, para que o Governo mobilize recursos, que agilize as potencialidades agro-industriais das regiões ou das micro-regiões, para possibilitar a fixação do homem em cada uma delas. Esse descuido do Governo enseja aboletamento de favelas nas grandes cidades e para que as médias cidades não sofram a pressão do desemprego, como é o caso de Cascavel, que tem mais de dez mil desempregados, é que se impõe o raciocínio da prioridade. É hora de instalar um Distrito Industrial, como prioridade de metas administrativas, ao mesmo tempo que buscar pequenas empresas em outros Estados, para fixação no Oeste do Paraná, que sofre a calamidade do tempo e da seca. É para isto, Sr. Presidente, que venho a esta tribuna, concitar, solicitar, pedir, instar o Governo, a que equacione, junto com as autoridades municipais, de toda região, um posicionamento verdadeiramente necessário para captar e aproveitar não só a mão-de-obra ociosa, mas os recursos e os seus desmembramentos industriais na própria região. O estádio é necessário, mas antes dele precisamos de criar fontes de emprego com salários justos e humanos para que a família tenha realmente segurança.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Otássio Pereira. — (Pausa). — Não se encontrando presente o nobre Deputado, concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Jurandir Messias.

Convido o Deputado Augusto Carneiro para assumir a Secretaria da Mesa, para que este Deputado possa usar a tribuna. — (Pausa).

O SR. PRESIDENTE (Rosário Pitelli). — Concedo a palavra ao orador inscrito, no Grande Expediente, Sr. Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queremos abordar da tribuna, na tarde de hoje, dois assuntos: primeiramente, pretendemos analisar com bastante profundidade com isenção de ânimos, um requerimento apresentado nesta Casa pelo Deputado Quielse Crisóstomo, no qual aquele Deputado requer um voto de congratulações ao Senador João de Mattos Leão, pela sua indicação como chefe da Carteira Agrícola, ou da Sexta Região do Banco do Brasil.

Sr. Presidente, nos causou admiração, nos causou espécie, nos causou estranheza a atitude tomada pela bancada do Movimento Democrático Brasileiro, nesta Casa, bancada que sempre teve uma conduta digamos, em termos regionais, sempre procurou defender nesta Casa, aquilo que se refere aos paranaenses, indicados para cargos na área federal.

Entendemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a indicação do Senador Mattos Leão para a Sexta Região do Banco do Brasil, deveria isto sim, merecer, desta Casa, um voto por unanimidade e deveria inclusive ter preferência sobre todas as outras matérias.

Porque entendemos que pela vez primeira, nós temos naquele posto um paranaense nato.

Mas também entendemos, Sr. Presidente, que se fosse indicado para aquela pasta, um gaúcho ou um paulista, não teria nenhum dos Srs. Deputados, pedido para que se adiasse a aprovação deste requerimento. E é por isto que mesmo, Srs. Deputados, que eu tenha alguma desavença com aquele Senador, porque é do conhecimento que conflitamos politicamente na mesma área, ou seja, no Centro-Oeste do Estado do Paraná, mas não é por isto que este Deputado, como paranaense que é,

deixaria de aplaudir juntamente com o Deputado Quielse, este requerimento. E eu pediria, Sr. Presidente, que esta matéria, tenha prioridade sobre as outras porque o Estado do Paraná está agraciado, o Estado do Paraná está beneficiado com a indicação do Senador Mattos Leão, para a Sexta Região do Banco do Brasil.

Aqui fica, Sr. Presidente, o nosso pedido; aqui fica o nosso apoio ao requerimento tão bem posto pelo Deputado Quielse Crisóstomo.

O Sr. Erondy Silvério — V. Ex.^a permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Jurandir Messias, eu estou ouvindo atentamente o pronunciamento de V. Ex.^a e quero me parabenizar com V. Ex.^a e também fazer minhas as suas palavras de estranheza de que no instante em que o Governo Federal, como bem disse V. Ex.^a, agracia este Estado com uma Carteira do Banco do Brasil, importantíssimas para a economia, não só da região, mas principalmente do Estado do Paraná, eu acho que esta Casa, por unanimidade e, preferencialmente, deveria mostrar o seu contentamento, seu regozijo, porque nós somos na realidade, a caixa de ressonância popular, os representantes do povo. E nós sabemos da importância dessa carteira, para a economia paranaense e eu me lembro, lembra a bancada da Oposição, que um dos maiores benefícios que essa carteira recebeu e, que o Paraná recebeu dessa carteira, foi exatamente quando paranaenses ocupavam a sua Diretoria: o saudoso Senador Abilon de Souza Naves e o nosso companheiro, também um dos grandes injustiçados pela Revolução neste País, Léo de Almeida Neves.

Nós recebemos, temos conhecimento e todo o Paraná tem, dos benefícios que foram carreados, principalmente para a nossa agricultura.

Portanto é estranhável a atitude da bancada do MDB nesta Casa.

Estranho, porque como eu já disse, quando os correligionários dos nobres componentes da bancada do MDB ocuparam esta carteira, o fizeram com brilhantismo, trazendo para o Estado, benefícios sem conta. E o que nós esperamos do Senador Mattos Leão, que nós conhecemos a sua vida pública, que nada tem a ver com cores partidárias. Foi um homem que por onde passou, deixou a marca da sua competência, o brilho da sua inteligência e, principalmente a marca da sua honestidade pessoal.

Nós convivemos com S. Ex.^a aqui no Legislativo, conhecemos a sua ação como Secretário de Estado e no Senado Federal. Onde ocupando uma das vice-lideranças do Governo, ele muito fez por este Estado.

Portanto, acho que foi um ato de inteira justiça do Governo Federal, a escolha do Senador Mattos Leão para essa importante carteira do Banco do Brasil.

Espero que esta Casa alertada para este fato, relembre também os antecessores do Senador Mattos Leão no cargo. Os dois paranaenses: Abilon de Souza Naves e Léo de Almeida Neves, para que esta Casa então vote conscientemente, e por unanimidade, o requerimento proposto pelo nobre Deputado Quielse Crisóstomo.

Agradeço o aparte de V. Ex.^a.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Agradeço o aparte do nobre Deputado Erondy Silvério que trouxe melhores esclarecimentos. Entendemos, Sr. Deputado, que a bancada do MDB dará o seu integral apoio ao requerimento do Deputado Quielse Crisóstomo.

O Sr. Muggiati Filho — V. Ex.^a permite um aparte? (Assentimento).

Sr. Deputado Jurandir Messias, V. Ex.^a vai permitir, porque acostumamos a ouvir os pronunciamentos que V. Ex.^a faz, com muita propriedade, estou, até certo ponto, surpreso quando V. Ex.^a faz uma afirmativa com relação à bancada do

Movimento Democrático Brasileiro, cuja Liderança, no momento, não está presente para responder a V. Ex.^a.

No entanto, não me consta que tivesse havido qualquer pronunciamento, por parte da bancada do MDB relativamente à matéria abordada por V. Ex.^a. Ou seja, que a bancada do MDB tivesse se pronunciado contra o requerimento do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, que visa o voto de congratulações pela designação do Senador Mattos Leão para importante cargo regional do Banco do Brasil.

Devo também dizer a V. Ex.^a que não é só o fato de se tratar de um paranaense nato e isso seria suficiente ou motivo bastante para que esta Casa se pronunciasse. E a nossa bancada, como a de V. Ex.^a, acredito, tem independência suficiente para analisar a matéria e ponderar sobre o assunto.

No entanto, me parece que V. Ex.^a, segundo fatos apontados em seu discurso, está tomando um simples pedido para discutir a matéria, feito pelo nosso eminente Líder, Deputado Enéas Faria, como uma manifestação contrária ao requerimento.

Na verdade, se for este o ponto que V. Ex.^a se apoia para fazer essas afirmações, está se adiantando às conclusões da Liderança da minha bancada quem acredito até, presumivelmente, só se poderia concluir ao contrário do que V. Ex.^a está afirmando.

De modo que, salvo se V. Ex.^a tiver outro fato a apontar além desse, acredito que V. Ex.^a está laborando em equívoco com relação ao pensamento da bancada do Movimento Democrático Brasileiro, nesta Casa, com relação a esse requerimento.

Era o aparte que gostaria de dar a V. Ex.^a, a fim de atalhar uma discussão que, até certo ponto, nos parece de todo irrelevante sobre a matéria.

Muito obrigado a V. Ex.^a.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Deputado Muggiati, agradeço o vosso aparte e, este Deputado, absolutamente, não está querendo pré-julgar a decisão de sua bancada. Acontece, Sr. Deputado, que o requerimento quando levado à votação no dia 2 do corrente mês, foi o mesmo, conforme preceitua o nosso Regimento Interno, pedido para discutir; conseqüentemente, adiada a sua votação pela Liderança da Bancada do Movimento Democrático Brasileiro, nesta Casa. Mas entendemos também, Sr. Deputado, que V. Ex.^a, que foi um dos melhores líderes que já houve nesta Casa, representa, nessa ocasião, o pensamento da liderança de sua bancada. E nós aceitamos, Sr. Deputado, e acatamos as decisões do nosso Líder, o Sr. Deputado Luiz Roberto Soares; mas, também, depois de vossa explanação, dos vossos esclarecimentos, eu não tenho mais dúvidas que a bancada o MDB acompanhará a votação do requerimento do Deputado Quielse Crisóstomo, porque V. Ex.^a, Sr. Deputado, como Deputado de pulso, como Deputado eficiente que tem um conceito muito bom junto a esta Casa, não só porque a vossa bancada, mas junto à bancada da ARENA também; depois de vosso pronunciamento, da vossa manifestação, não temos mais dúvidas que o requerimento será aprovado quando da Ordem do Dia, da votação da Ordem do Dia, da presente sessão.

Concedo o aparte ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O Sr. Deni Schwartz — Nobre Deputado Jurandir Messias, nós como temos defendido, nesta Casa, a participação de paranaenses, não somos insensíveis às ponderações de V. Ex.^a. Mas, quero justificar que a bancada não tomou a decisão, a decisão pode até ter sido tomada, provocada e, a Liderança não se encontra presente, no momento, na Casa, para elogiar o nobre paranaense. Ocorre que nós não vimos, nesta Casa, nenhuma manifestação de regozijo, ou manifestação de pesar, ou, talvez, até muito oportunamente, um agradecimento ao gaúcho que sai da Sexta Região de Carteira Agrícola do Banco do Brasil, porque eu quero ser testemunha, que foi no tempo do Sr. Peracchi Barcelos, que mais agências se criaram no nosso Estado e, sou testemunha de que muitos e muitos Deputados que se aproveitaram de inaugurações das obras do Banco do Brasil para

fazer sua política. E, nesta Casa, muitas vezes se falou no nome de Peracchi Barcellos, agradecendo etc. E agora, qual casca de banana da qual se comeu o miolo e se joga a casca, ninguém lembrou de vir aqui e, num voto de agradecimento, desejar ao nobre gaúcho que tenha um bom futuro.

Mas, o que ocorre, nobre Deputado, não sei o que o meu líder viria dizer, mas eu lhe direi: o que ocorre é que o Sr. Mattos Leão está chegando ao Banco do Brasil não pelos seus méritos, que ele os possui, mas por uma barganha política; e isto é lastimável, porque o Sr. Mattos Leão, pelo seu passado, pelos seus antepassados, não merece este tipo de tratamento.

Todos nós paranaenses, e todo este País sabe de que maneira está Mattos Leão chegando ao Banco, muito menos pelos seus méritos e muito mais por uma barganha política. Infelizmente, o paranaense está chegando lá não por seus méritos tão decantados, mas sim porque se necessitava, — ele que bônico foi candidato a Senador, ele que pleiteou a vice-governança, deste lugares para acomodar situações.

E a imprensa brasileira inteira humilhou este País, humilhou este Estado, ao dizer isto, ao dizer que aqui se acomodam inclusive, usando cargos do Banco do Brasil. E como fica este técnico que está no Banco do Estado e que era para ser sucessor de Peracchi Barcellos, o tão decantado técnico — e eu o reconheço como um grande técnico, Dr. Celso Sabóia, que já tinha até praticamente sua nomeação pelas manchetes dos jornais tida como certa?

Por isto, muito menos pela pessoa que ocupará, que acredito fará uma grande administração, talvez a melhor de todas, esperamos que seja, mas, mais pela maneira, e esta maneira é que nos deixa um tanto frustrados até, porque não foi o mérito de um paranaense, foi uma acomodação.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Deputado Deni Schwartz...

O Sr. Erondy Silvério — V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. JURANDIR MESSIAS — ... em parte, eu concordo com

V. Ex.^a, porque entendemos que é da discussão que vem a luz. V. Ex.^a lembrou-se, muito oportunamente, que a Casa também esquece de um ilustre brasileiro, de um ilustre cidadão que grandes serviços prestou, relevantes serviços prestou ao Estado do Paraná, quando Chefe da Sexta Região do Banco do Brasil, o Coronel Peracchi Parcellos.

O Sr. Erondy Silvério — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. JURANDIR MESSIAS — Realmente, ainda é tempo,

V. Ex.^a como bom gaúcho que é, poderia encabeçar um requerimento e teria, tenho certeza, o apoio também desta Casa. Mas não concordamos quando V. Ex.^a diz, taxativamente, que o Senador Mattos Leão chegou a esta posição sem méritos.

Não concordamos. Se V. Ex.^a fizer um retrospecto da vida pública deste homem, haverá de concordar conosco que foi, talvez no momento, a melhor escolha, ou a escolha certa para aquele cargo. O homem que foi Deputado Estadual, o homem que foi Secretário do Interior e Justiça, o homem que foi eleito Senador da República, um grande empresário, este homem está fadado a ser plenamente o Chefe da Carteira Agrícola do Estado, ou da Região Sul do Brasil.

Portanto, não concordamos que não tenha méritos. Mas se ele pleiteou, Sr. Deputado, a vice-Governança, se ele pleiteou ser o Senador Indireto, é um direito que assiste a qualquer um de nós, que assiste a qualquer brasileiro pleitear um destes cargos. Se nós não pleiteamos, foi porque não quisemos. Sr. Presidente...

O Sr. Quielse Crisóstomo — V. Ex.^a me permite um aparte? (Assentimento).

Praticamente, V. Ex.^a respondeu os termos que colocou o problema o nobre Deputado Deni Schwartz. A tribuna da Assembléia está livre para todos os Deputados.

Nós nos lembramos de apresentar este requerimento nos congratulando com a medida da indicação de Mattos Leão. O

nobre Deputado Deni Schwartz, pode fazê-lo, de outra maneira, e mereceria também o nosso apoio, mas, parece que o Deputado quer que alguém faça, mas que, ele, não o fará. Estranha, a atitude do nobre parlamentar! Mais do que Jesus Cristo, o nobre parlamentar é também um advinho, eis que ele sabe de coisas que ninguém sabe onde ele foi tomar conhecimento, onde essas coisas foram laboradas e laboradas em erro, aliás, no seu próprio raciocínio, dizendo onde, e como as barganhas foram feitas. Naturalmente, o nobre Deputado participou de algumas delas, porque a garantia com que ele afirma da tribuna, no seu aparte, é sinal de que ele está muito mais próximo das coisas, das barganhas do Alto Comando da Nação Brasileira, do que nós outros, parlamentares da ARENA, porque eu, como Primeiro Secretário da Assembléia e Primeiro Secretário do Diretório Regional, nunca assisti e muito menos participei de tais barganhas, essas que o nobre Deputado diz ter o Sr. Mattos Leão participado.

Mas, eu, apenas para concordar com o final do aparte do nobre Deputado Deni Schwartz, gaúcho de Guarapuava segundo as informações, nós queremos tão somente, Deputado Jurandir Messias, dizer que, no final ele foi bem no aparte, quando disse que méritos não faltam ao nosso Senador, para ocupar o cargo para o qual foi indicado. Evidentemente, o seu nome, de grande conhecimento não só na política como no meio industrial e comercial do Paraná, foi cogitado para vários postos e, evidentemente aceitou uma das muitas posições que, talvez, para as quais houvesse sido convidado:

Era o que tínhamos a dizer.

Além do mais, nobre Deputado Jurandir Messias, não desejo propriamente me congratular com V. Ex.^a, porque não é novidade a sua posição, o seu pronunciamento a respeito do nosso requerimento, pois sabemos que V. Ex.^a milita em ala de oposição dentro do próprio Partido, na região de Mattos Leão, mas, como reafirmativa do que já sabíamos sobre o conceito e sobretudo a moral política de V. Ex.^a, vemos o pronunciamento de V. Ex.^a, apenas como uma afirmação daquilo que fez com que V. Ex.^a se tornasse um dos maiores amigos, um dos mais ilustres companheiros que eu tenho nesta Casa.

O SR. JURANDIR MESSIAS – Muito obrigado.

O Sr. Waldenício Barbalho – V. Ex.^a ermite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, eu me considero gaúcho do Norte, já que nasci no Estado do Rio Grande do Norte, e, hoje, com muita honra, represento o Estado do Paraná.

O nobre Deputado Deni Schwartz deve ser gaúcho nascido em União da Vitória, e o Peracchi Barcellos, gaúcho nascido no Rio Grande do Sul.

Eu vou votar favoravelmente a este requerimento do nobre Deputado Quielise Crisóstomo, porque me resta a esperança de que o Senador Mattos Leão tenha um comportamento nessa carteira agrícola, bem melhor que o comportamento do coronel Peracchi Barcellos. Eu voto além disso porque trata-se de um paranaense e além do mais, trata-se de um cidadão certamente convidado, para exercer esta alta função do Banco do Brasil, representante da classe política para o cargo executivo. Temos, pois, que prestigiar a indicação de seu nome para um dos diretores do Banco do Brasil. Peracchi Barcellos, eu nada tenho a dizer a não ser que, em Paranavaí, na minha cidade, quando foi inaugurada nova agência do Banco do Brasil, lamentou aquele diretor que os clientes da agência do Banco do Brasil de Paranavaí, ainda permanecessem a guardar o seu dinheiro debaixo do colchão, lamentando que as contas dos clientes do Banco do Brasil não estivessem onde deveriam estar, porque o dinheiro do agricultor, do lavrador estava sendo depositado debaixo do colchão.

O Sr. vê, nobre Deputado, que esse homem, que continua como um dos diretores do Banco do Brasil. Bastaria esta declaração para não ter mérito nenhum, para ser diretor de um

estabelecimento de crédito como o Banco do Brasil que foi o Banco que mais ganhou dinheiro em 1975 e repetiu a façanha em 1977, o Banco do Brasil, do Brasil que é um país ainda sub-desenvolvido. De forma que resta ao Paraná e resta a nós a esperança de que Mattos Leão tenha muito mais méritos do que Peracchi Barcellos, porque este mérito nenhum tinha para representar o Estado do Paraná junto ao Banco do Brasil.

Por isso, nobre Deputado, desconhecendo o pensamento dos meus colegas de bancada, e já que o líder não se encontra presente e que a questão não foi julgada, eu tenho a liberdade de votar favoravelmente nesse requerimento, com essa esperança, de que o Senador Mattos Leão, no exercício de sua função, defenda os interesses do Paraná e apresente muito mais méritos do que aquele que entrou e por ele está sendo substituído. No meu entendimento não tem mérito nenhum para ser diretor do Banco do Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Sampaio). – A Presidência comunica ao Sr. Deputado que o seu tempo está esgotado e concede mais dois minutos para que possa concluir a sua oração.

O SR. JURANDIR MESSIAS – Solicitaria ao nosso Líder que me conceda alguns minutos do horário reservado à bancada.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES – Senhor Presidente, eu transmitiria ao Deputado Jurandir Messias o horário que pertence ao nosso Partido.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Sampaio). – A Presidência então concede ao Deputado mais 15 minutos para concluir a sua oração.

O SR. JURANDIR MESSIAS – Agradeço ao Presidente.

Deputado Barbalho, posso ter certeza de uma coisa. O vosso aparte só veio embelezar o nosso trabalho, veio engrandecer a esta Casa; quando usa da tribuna a gente procura dialogar com os nossos colegas e recebe um aparte, e V. Ex.^a pode estar certo, Deputado Barbalho, que esse Deputado vai sair da tribuna totalmente realizado. Só tenho a agradecer tão brilhante e eficiente aparte.

Muito obrigado, Deputado Barbalho.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Um outro fato também que tem nos causado espécie, é que diversos dos Srs. Deputados do Movimento Democrático Brasileiro, principalmente de dez dias até esta data, quando ocupam a tribuna desta Casa têm a preocupação principal de criticar a indicação do Ministro Ney Braga, para o Governo do Estado do Paraná.

E também temos observado, com muito cuidado, Srs. Deputados, que a outra preocupação é censurar e criticar o Sr. Governador Jayme Canet Júnior, com referência à estiagem, que abrange não só o Estado do Paraná, mas abrange o Sul do Brasil. Mas, Srs. Deputados, se observarmos, se pegarmos os jornais daquela data até hoje, se lembrarmos dos programas de televisão, haveremos de nos lembrar que o Governador do Estado do Paraná está muito mais preocupado com o problema do que qualquer um de nós. Porque já fez inúmeras viagens à Capital do Brasil, Brasília, para de lá trazer soluções positivas ao Governo. E as tem trazido, Srs. Deputados.

Porque se não é o Paraná, neste momento, ter na sua Chefia um homem da estirpe de Jayme Canet Júnior, talvez os nossos agricultores, os nossos lavradores passassem até fome.

Mas confiamos e esta Casa deve, Sr. Presidente, depositar um voto de confiança ao Governador Jayme Canet Júnior, para que ele continue nesta luta, neste trabalho para amenizar o sofrimento da nossa gente. Porque só através dele, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que conseguiremos trazer algo de positivo. E não tem faltado ao nosso Governador esta boa vontade. E é por isto que nós não entendemos quando criticam que ele não está preocupado; e também não entendemos, Sr. Presidente, quando criticam a indicação do Ministro Ney Braga para o Governo do Estado do Paraná.

E eu diria até aos Senhores, que o Paraná está sorrindo

com a indicação de Ney Braga para Chefe do Executivo paranaense. Porque de maneira nenhuma, Srs. Deputados, poderemos tapar o sol com a peneira. Quem não conhece Ney Braga! Quem não conhece a sua administração de 1961, quando pegou este Estado no caos, e quando entregou ao seu sucessor. Os Senhores são testemunhas disso, não sou eu. É a Casa que é testemunha.

Então, nós deveremos, Srs. Deputados, é aplaudir a volta deste homem ao Governo do Estado do Paraná. Nós deveremos, isto sim, é procurar incentivá-lo para que ele entre no próximo ano, no Palácio Iguazu, com todo o respaldo desta Casa, com todo o respaldo do povo paranaense e deveremos torcer, isto sim, para que ele faça, Srs. Deputados, no seu próximo Governo um diêntico àquele que ele já fez em 1961, quando eleito pelo então Partido Democrata Cristão.

Mas censurar, criticar, mesmo antes, quase um ano de Ney Braga assumir o Estado do Paraná, não vejo, Sr. Presidente, nenhum benefício para o nosso Estado, não vejo nada que satisfaça, vamos aguardar, vamos dar um voto de confiança ao Ministro para que tenha o sucesso que todos nós paranaenses desejamos aos nossos irmãos tão sofridos, nesta hora tão difícil por que passa o Estado do Paraná.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Este Deputado recebeu do Sindicato Rural Patronal de Guarapuava, o seguinte ofício:

"A classe pecuarista desta região, e entidade representativas que esta subcreve, serve-se da presente, para solicitar seu indispensável e valioso apoio para a reivindicação que acaba de endereçar ao Banco do Brasil e Banco Central, pleiteando urgente providência de amparo à bovinocultura a exemplo do que foi concedido à agricultura..." Aí, os Senhores vejam como a agricultura já recebeu seus benefícios, os agricultores que não puderam, que não foi possível, em virtude da estiagem, colher o seu produto já receberam, e isto aqui, é um ofício com papel timbrado do Sindicato, que já recebeu os seus benefícios da parte do Governo. Agora, vêm os bovinocultores pleitearem a mesma ajuda, reivindicar a mesma coisa.

(Continua lendo).

"Face às comuns e negativas consequências desastrosas e prolongada estiagem que também assola esta região.

Avil Bittencourt Ribas - Sindicato Rural de Guarapuava;

Tuffi Rocha Araújo - da Cooperativa Mista de Guarapuava (Presidente);

Édson Rodrigues de Bastos - Centro Agropecuário Municipal.

Os Senhores vejam, como até o MDB de Guarapuava - Centro-Oeste, está preocupado com o problema.

"Valter Bunine - Núcleo dos Médicos Veterinários e Francisco de Assis Bape - Núcleo Regional dos Engenheiros Agrônomos de Guarapuava".

Segue, Sr. Presidente, uma vasta justificativa do Ofício, inclusive eu lerei aqui apenas, alguns itens.

Escassez de pastagens; escassez de água; frustração do plantio de pastagens de inverno e necessidade de replantio; aumento da lotação por área, tendo em vista a impossibilidade de comercialização do boi e vaca de descarte por frustração de engorda, isto posto, a classe reivindica: - Primeiro: crédito especial urgente para socorrer os rebanhos, visando aquisição de alimentos, resíduos da lavoura etc. etc."

Este Deputado pretendeu apresentar um requerimento atendendo às reivindicações daqueles entidades, vazado nos seguintes termos: (Lê)

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente aos Ex.mos Srs. Diretores do Banco Central e do Brasil, pleiteando urgentes providências de amparo à bovinocultura, a exemplo do que foi con-

cedido à agricultura, face às comuns e negativas consequências desastrosas e prolongada estiagem que assola a Região Centro-Oeste do Paraná.

Outrossim, requer que do presente se dê ciência ao Sindicato Rural Patronal de Guarapuava, sito à Rua Capitão Rocha, n.º 1.422.

Sala das Sessões, em 4 de maio de 1978.

JUSTIFICATIVA:

A classe pecuarista da região de Guarapuava, representada pelo Sindicato Rural, Cooperativa Agropecuária Mista de Guarapuava Ltda., Centro Agropecuário Municipal, Núcleo dos Médicos Veterinários e Zootecnistas e Núcleo Regional dos Engenheiros Agrônomos, vítima também das consequências negativas da longa estiagem que assola toda a região, motivada pelas medidas de emergência em defesa da lavoura, recentemente adotadas pelo Governo, lamenta as mesmas não terem sido extensivas à pecuária, desesperada em consequência desse fenômeno climático.

Como consequência, já do conhecimento das autoridades, os pecuaristas estão alarmados pelo número de animais perdidos, e perspectivas dramáticas que o quadro apresenta, e que possam ocorrer chuvas nos próximos dias.

Em termos gerais o quadro é o seguinte:

- 1 - Escassez de pastagem,
- 2 - Escassez de água,
- 3 - Frustração do plantio de pastagens de inverno e necessidade de replantio,
- 4 - Aumento da lotação por área, tendo em vista a impossibilidade de comercialização do boi e vaca de descarte por frustração de engorda.

Isto posto, a classe reivindica:

- 1 - Crédito especial, urgente, para socorrer os rebanhos, visando a aquisição de alimentos: melaço e uréia, resíduos da lavoura, feno, forragens diversas etc.
- 2 - Financiamento para provimento de água, açudes, bombas, bebedouros, poços.
- 3 - Financiamento para replantio de pastagens de inverno.
- 4 - Prorrogação dos contratos de custeio e investimento em pecuária.

Considerando finalmente que a pecuária, na prática, não dispõe de nenhum programa de cobertura de risco, como o PROAGRO, e, levando em conta a descapitalização em consequência do acima exposto, a classe pecuarista da região pleiteia medidas urgentíssimas para a presente emergência.

Levando em conta ainda que a atual situação tomou os prejuízos irreversíveis, reiteramos a necessidade dessas medidas, ainda que chova nos próximos dias.

Tendo em conta a importância que a pecuária da Região representa para a economia do Estado e do País, confiamos que as medidas pleiteadas recebam dos Diretores daqueles Bancos a devida atenção."

Concedo o aparte ao nobre Deputado Del Ciel.

O SR. DEL CIEL - Eminentíssimo Deputado Jurandir Messias, no que se relaciona ao apelo de V. Ex.^a, para que se dê votos de confiança ao Ministro Ney Braga, futuro interventor do Estado do Paraná, somente, solicitei o aparte, para dizer a V. Ex.^a que desde muito jovem, após 1964, vimos oferecendo o nosso voto de confiança em momentos históricos e decisivos. Enfrentamos a fila como estudantes para depositar o ouro para o bem do Brasil. E até hoje mesmo como Deputado Estadual, desconhecemos as aplicações dos recursos levantados com a campanha de ouro para o bem do Brasil.

Estive na posse do paranaense Ney Braga, no Ministério da Educação, levando a remota fé de esperança dos estudantes, e principalmente dos estudantes universitários do meu Estado do Paraná.

Lá estive como homem da Oposição; como líder da ban-

cada do MDB na Câmara Municipal de Londrina. E o resultado daquele voto de confiança de então, é aquele que retratei da tribuna há poucos instantes. Aí está o 477, as milícias invadiram as Universidades, espancaram estudantes, aprisionaram estudantes, nomeou-se para a Universidade Estadual de Londrina, o genro do Magnífico Reitor, ou melhor dizendo, o genro do Ministro para ocupar a honrosa função de Magnífico Reitor da Universidade Estadual de Londrina. Se já não bastassem os esquemas de repressão já existentes, criou-se na Universidade Estadual de Londrina uma milícia especial, para sondar, para acompanhar de perto, para vigiar de perto o estudante universitário de minha terra. Os universitários londrinenses sofreram um cerco policial num tempo não muito distante, cujo registro fizemos da tribuna desta Casa, no Estado do Paraná, e também porque julgamos que após tantos votos de confiança, depositados nesses últimos quatorze anos, é chegado o momento de dizer basta a esta brincadeira de gangorra: de sai um, entra outro; sai outro, entra um; nos Governos de todos os Estados da República Federativa do Brasil assim como na função de mandatário máximo desta Nação, na Presidência da República.

É por isto tão somente que fomos à tribuna para dar como, — no nosso ponto de vista, — a merece, as boas vindas ao futuro interventor do Paraná, Ministro Ney Braga, que também não federalizou as nossas Universidades.

Muito obrigado.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Deputado Del Ciel, Vossa Excelência sabe perfeitamente que nem os dedos das nossas mãos são iguais.

Eu posso dizer a Vossa Excelência que tenho um filho com dezoito anos de idade que é estudante. E afirmo também que este meu filho, não apanhou da polícia. Se tem os maus elementos, os maus estudantes, que culpa temos nós? Que culpa tem o Ministro Ney Braga?

Então não há condições nenhuma, Sr. Deputado.

O Sr. Del Ciel — Se Vossa Excelência me permitir um aparte?

(Assentimento) — Eu somente diria que os estudantes que sofrem a repressão são na sua grande maioria, senão a totalidade, os responsáveis; são os estudantes conscientes das suas responsabilidades, das suas obrigações, e que lutam por dias melhores, para que o filho de Vossa Excelência quando se defrontar com um exame de redação no vestibular, ele se apresente com condições de superá-lo, de suplantá-lo, com grandes perspectivas de acesso aos bancos universitários, se para lá ainda não o foi. Porque Vossa Excelência constatou mesmo em nosso Estado, o Estado do Paraná, que milhares e milhares, a grande maioria, dos vestibulandos, nem mesmo estavam habilitados para prestar um exame de redação. Redação que se praticava em tempos não muito distantes, no quarto ano primário, no quarto ano, na quarta série do ensino de primeiro grau e qualquer estudante do ginásio ou colegial, se apresentava sem condições para habilitar-se à prova de redação que se passou a se exigir neste ano, no vestibular.

Assim sendo, nobre Deputado, para fazer justiça aos líderes estudantis responsáveis que lutam em defesa de seus direitos e dos direitos daqueles que, até mesmo conscientes, permanecem em suas casas e que acreditam que assim estão contribuindo para que surjam melhores dias; para fazer justiça a esses jovens que têm sido sacrificados, têm sido injustiçados, em nosso Estado, e em toda a Nação brasileira, é que solicitei este aparte a Vossa Excelência, eles estavam numa missão histórica.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Nobre Deputado, Vossa Excelência defende a classe estudantil. Eu também estou ao seu lado, porque, como disse, tenho um filho, com dezoito anos de idade, que pretende um dia ingressar numa universidade e se

não passou no vestibular foi, ou porque não teve sorte, ou porque lhe faltou inteligência, quando dos exames. Mas, não é por isso que, desta tribuna, me revolte contra atitudes que achamos coerentes do Sr. Ministro da Educação.

Não queremos nos colocar contrários ao pensamento dos estudantes brasileiros, e, à hora que for necessário, veremos a esta tribuna, defender os estudantes brasileiros.

Acreditamos, também que não houve medida nenhuma de repressão por parte do Ministro Ney Braga, o que houve, isto sim, na ocasião, foram estudantes que se portaram mal, que não quiseram entender como e de que maneira seriam procedidos os vestibulares nas Universidades do Brasil.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — No horário reservado ao MDB, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidélino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Embora com a voz embargada, venho mais uma vez a esta tribuna, para cumprir dois desideratos: primeiro, encaminhar à Mesa o requerimento pedindo urgência para o Projeto de Lei n.º 40/78, que se encontra já em poder dessa Presidência.

Segundamente, quero expender, desta tribuna, uma mensagem ao funcionalismo, sobre a contagem proporcional. É que, no dia de hoje, aparentemente, o Governo do Estado, através de uma obstrução por parte da sua bancada aqui representada, terá conseguido sepultar a proposição n.º 538/77, de autoria deste Deputado e do nobre Deputado Valter Pietrângelo, relativamente à contagem proporcional, para efeito de aposentadoria do funcionalismo estadual.

Todavia, queremos assegurar aos servidores deste laborioso Estado que, hipoteticamente perdemos esta primeira batalha, mas, hipoteticamente, lutaremos desmedida e desmesuradamente para vencê-la, com todas as garras, a esta guerra proposta pela Arena, a qual ainda não terminou como há de pensar alguém.

É forçoso também esclarecer que as considerações jurídicas, respeitáveis, expendidas aqui, ontem, pelo preclaro e nobre Deputado, Professor de Direito Constitucional, Luiz Roberto Soares, no Pequeno Expediente, pelo embargo também de nossa voz que ainda perdura até hoje, não pudemos apartear.

O eminente líder da ARENA teceu considerações dadas como "elementares" no campo do Direito Constitucional, acerca de nossa propositura. E falou que a proposição seria inconstitucional, por haver sido proposta pelo Poder Constituído, que está vedado de legislar sobre matéria pertinente ao funcionalismo público. Segundo, porque teria violado o princípio de isonomia do direito, dando a uns maiores vantagens que aos outros; e, como terceira assertiva, o eminente Deputado disse que também inconstitucionalidade havia, porque teria, a proposição, violentado o comando contido na Constituição Federal atual, que determina que a aposentadoria se dá após 35 (trinta e cinco) anos de serviços prestados.

Com a devida vênia, e diante da minha reconhecida humildade, do meu restrito conhecimento das altas indagações de direito, assim como aceitamos como válido o seu direito de contestar, e respeitamos a opinião, apenas, como um contestável ponto de vista, inteiramente pessoal, cremos, também que o ilustre Parlamentar incorreu num triplice equívoco:

Primeiro, não existe qualquer dispositivo em nossa Constituição, seja federal ou estadual, que impeça as Assembléias Legislativas a apresentar emendas às suas Constituições, versando sobre matéria pertinente ao funcionalismo. Se existissem tais impedimentos, mais da metade dos dispositivos de nossa Constituição adequados pela proposição de Sua Excelência que levou o n.º 537/77, seriam inconstitucionais, baseado no mesmo raciocínio jurídico, pois tratam de matéria pertinente a servido-

res, conforme explanamos aqui desta tribuna.

Além do mais, o artigo 24 da nossa Constituição vigente, declina o seguinte: A Constituição poderá ser emendada por proposta: primeiro, da terça parte dos membros da Assembléia Legislativa; segundo, do Governador.

Como se trata de uma proposição baseada no n.º 1 do artigo 24 da Constituição, entendemos que há legitimidade para proposição dessa medida através dos membros deste Poder e, ademais, construiu seu raciocínio, respeitável, o nobre Deputado, com base na Constituição Federal. Porém, o artigo 108 da Constituição Federal, parágrafo 4.º, diz o seguinte:

"Aos projetos de lei de que tratam os parágrafos 2.º e 3.º, somente serão admitidas emendas que, de qualquer forma aumentem as despesas ou o número de cargos previstos, quando assinadas pela metade do mínimo dos membros das respectivas Casas Legislativas."

"Mutatis mutandis", para o caso da Assembléia, lhe caberia propor emenda à Constituição, mesmo em se tratando de funcionário público. E, ontem, sustentei a tese aqui, de que em lei ordinária, houve iniciativa de um Deputado da Arena, e esta Assembléia votou, aprovou, em terceira discussão, é porque os membros deste Poder encontraram legitimidade naquela proposição, e a Comissão de Constituição e Justiça, porquanto tivesse colocado parecer, não contrariou o princípio de direito de legislar sobre a matéria, que compete a este Poder.

O Sr. Luiz Roberto Soares – V. Ex.^a me permite um aparte?

(Assentimento) – Inicialmente, nobre Deputado Fidelcino Tolentino, para, evidentemente, não aceitar a sua humildade no que diz respeito ao seu conhecimento jurídico, porque eu sei que V. Ex.^a, é Advogado militante e possui muitas luzes capazes de bem guiá-lo nos meandros de nosso ordenamento jurídico.

Como presumo que V. Ex.^a vá tratar das 3 (três) inconstitucionalidades que eu vislumbrei no projeto, eu estou pedindo este aparte para que nós questionemos o primeiro. Veja V. Ex.^a, se à Assembléia, como Poder Constituinte derivado, fosse deferido o poder de emendar, evidentemente, não haveria em nosso direito, a possibilidade do Supremo Tribunal Federal declarar inconstitucionais artigos de Constituições Estaduais. Porque seria um flagrante contra senso. Logo, há dispositivos e há emendas constitucionais que o Supremo Tribunal Federal pode declarar a sua inconstitucionalidade em razão da representação do Procurador Geral da República. Isto, me parece, tem uma obviedade que dispensa qualquer comentário.

Então V. Ex.^a está dizendo que nós podemos, eu digo que nós não podemos. E tanto nós não podemos que constantemente o Supremo tem declarado inconstitucionais centenas de artigos de Constituições Estaduais do Brasil, porque algumas matérias são vedadas, ao constituinte derivado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – Eu não ingressei no campo de formular um raciocínio de impedimento desta natureza. Eu reconheço que no princípio de constitucional alguns preceitos esbarram nas constituições vigentes.

O Sr. Luiz Roberto Soares – Algumas matérias são vedadas ao constituinte derivado. Há algumas matérias sobre as quais nós não podemos propor. Esta é a minha tese.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – Eu não vejo invasão no processo legalmente daquele que nós não discutimos. Não vejo, primeiro porque está autorizada pela Constituição.

Enquanto não declarada pelo Supremo Tribunal Federal, não se pode indagar da sua inconstitucionalidade.

O Sr. Luiz Roberto Soares – Evidentemente, Deputado, eu gostaria que V. Ex.^a se esvaziasse um pouco de sua emocionalidade e discutisse ...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – Absolutamente, eu estou vazio, até demais.

O Sr. Luiz Roberto Soares – ... e discutisse comigo num plano eminentemente técnico. Eu vou tentar, não sei se é uma tarefa previamente ... Mas eu faço questão que V. Ex.^a pelo menos me ouça ...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – Pois não.

O Sr. Luiz Roberto Soares – ... duas ou três ponderações. Eu ia dizer a V. Ex.^a que o artigo que V. Ex.^a leu, há pouco, que autoriza emendas, desde que não aumentem despesas, são específicos para o quadro funcional da própria Assembléia. Primeira diferença da proposição de V. Ex.^a.

A segunda, é que o artigo exige a metade da assinatura dos membros da Assembléia o que não ocorreu com o seu projeto. Data vênha, este artigo que V. Ex.^a trouxe à aprovação, não pode servir de arrimo ou de sucedânea ao seu raciocínio, pelas duas razões que eu já expus a V. Ex.^a.

Mas eu vou além, eu tenho comigo aqui, decisão do Supremo Tribunal Federal, declarou inconstitucionais exatamente seis artigos da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, exatamente porque os seis artigos diziam ...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO. –

O Sr. Luiz Roberto Soares – ... da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, exatamente porque os 06 artigos diziam respeito a Emendas propostas pela própria Assembléia, no que diz respeito ao quadro de funcionários daquele Estado. É sistemática a decisão do Supremo, no sentido de vedar, ao constituinte de 2.º grau, como nós somos, sequer. Emenda que altera, modifique, amplie ou restrinja direitos de funcionários.

Eu estou argumentando com V. Ex.^a, com matéria pacífica, nobre Deputado. Eu reconheço justeza na sua Proposição, reconheço. Mas, lamentavelmente, num campo eminentemente técnico, nós não podemos legislar sobre esta matéria. É lamentável, e eu não vou questionar, mas V. Ex.^a está levantando um problema que me obriga a debater, se não, dá a impressão que eu aceito passivamente. Lamentavelmente, desta vez não posso aceitar os argumentos de V. Ex.^a.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – Só que eu imagino que V. Ex.^a há de pensar, com maior luz, que, baseado está apenas nos livrinhos que apelidaram-se de Constituições, e que, inevitavelmente ferem todo o princípio de direito constitucional ...

O Sr. Luiz Roberto Soares – Isto é um outro problema.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – É um outro problema, mas é um problema de núcleo.

O Sr. Luiz Roberto Soares – Este é um problema de meta jurídica.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – Então, se for para argumentar como V. Ex.^a deseja ... eu, argumento na forma do meu entendimento e o meu entendimento é que, as Cartas Constitucionais, elas devem assegurar direitos. E o que nós estamos buscando fazer, não é senão, assegurar direitos de funcionários públicos.

Mas eu prossigo.

O princípio da isonomia de que fala V. Ex.^a, que está sendo violado quando se concede contagem de certos tempos de serviços apenas a alguns servidores, discriminadamente, como ocorre no caso de bacharéis em Direito, ou, quando se deixa de proceder a classificação de cargos a fim de implantar a paridade de vencimentos, cujo dispositivo constitucional é completamente ignorado pelo Poder Público, apesar de existir há vários anos.

No presente caso, o funcionário admitido após a data daquela Constituição de 1967, já sabia, de antemão, que, teria que contar com 30 (trinta) ou 35 (trinta e cinco) anos para se aposentar, enquanto que aqueles admitidos anteriormente a 1967, deveriam contar apenas, 25 (vinte e cinco) ou 30 (trinta), no caso, sexo masculino e feminino respectivamente, e, foram colhidos de surpresa, assaltados no seu direito, Deputado. O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência, a título de informação adverte a V. Ex.^a, que lhe restam dois minutos para concluir.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Obrigado.

Mas, e o último e o maior dos três equívocos — no meu fraco entender — cometidos pela apreciação feita por V. Ex.^a, foi a afirmativa de que a nossa Emenda teria violentado dispositivo constitucional, que determina que, a aposentação, ou aposentadoria, se dê após 35 (trinta e cinco) anos de serviços PRESTADOS, porque, tal interpretação é incorreta e parte de falsa premissa.

Constituição alguma exige, ou já exigiu, tempo de serviço “prestado” (entre aspas) para efeito de aposentadoria, mas, apenas flexivamente tempo de serviço CONTADO que, data vênha, não é a mesma coisa e V. Ex.^a sabe disto.

As críticas fundadas nessa interpretação feita por V. Ex.^a, seriam não só os trabalhos acurados que temos feito, trabalho de Gabinete, trabalhos nossos, com a maior isenção, como também feriu o princípio adotado pelos constituintes de São Paulo e de Minas Gerais.

Aliás, eu quero abrir um parêntese para dizer que a Constituição de São Paulo provavelmente não esteja ...

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — ... que a Constituição de São Paulo, provavelmente não esteja ainda em grau de recurso ou de representação, além de atingir plenamente a corajosa sentença prolatada, continuamos, pelo culto magistrado da capital de São Paulo que houve por bem fazer uso do benefício diante do chefe do Poder Executivo de regulamentar a proposta condicional promulgada pela Assembléia paulista que, data vênha, é composta de maior parte, de membros do MDB.

Eu quero concluir que a contagem proporcional visa assegurar direitos adquiridos em razão da nova exigência por ocasião da data e do prejuízo que teriam sofrido pelas modificações posteriores.

Esse direito já foi reconhecido em legislação atualíssima: contagem da aposentadoria do seu tempo de serviço — e eu quero abreviar com um exemplo. É o caso do INPS que antigamente tinha uma modalidade e hoje está sendo introduzida uma outra modalidade para as eventuais aposentadorias.

Quanto à possível representação de constitucionalidade, deixo à consideração. Mas o problema para a implantação da contagem em nosso Estado é de ordem legal e funcional, da mesma maneira que estamos tratando desta matéria desde 1.975, comprometemo-nos a acompanhar o processo de encaminhamento do caso: Minas Gerais e São Paulo e digo a V. Ex.^a:

Não declinarei do meu posicionamento, sendo ou não candidato à reeleição, porque esta é uma posição que eu adotei, desde o início da minha vida parlamentar para com este Poder. Quero conceder, por gentileza, o aparte a V. Ex.^a.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Evidentemente, teremos o maior prazer se V. Ex.^a continuar como candidato, digo, a Assembléia Legislativa, fazendo contar com o seu valor e brilhante concurso para a próxima legislatura.

Todavia, eu quero, rapidamente — e acho que não há mais tempo — gostaria de fazer duas observações. A primeira é de que a Constituição de Minas Gerais efetivamente contém um dispositivo idêntico ao proposto pela proposição de V. Ex.^a. Todavia, há uma distinção. Ocorre que em Minas Gerais é que a proposição é decorrente do Poder Constituinte originário, o que não ocorre com emendas, porque emendas decorrem do poder constituinte derivado ou de segundo grau como se queira. Então, são casos completamente diferentes, porque o poder originário pode tudo. O poder derivado é que não pode tudo. Quanto a São Paulo ...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — V. Ex.^a está declarando que o único poder existente neste concerto institucional brasileiro é o poder executivo.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Mas Deputado, por favor, eu estou tentando fazê-lo entender ...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — V. Ex.^a quer construir um raciocínio para defender a tese de V. Ex.^a, a qual eu me oponho ...

O Sr. Luiz Roberto Soares — Eu estou tentando fazer entender a V. Ex.^a que a questão da legitimidade da Constituição é problema de meta jurídica. É problema jurídico e não político de se enfocar se ela é ou não legítima. Eu estou tentando cingir a discussão à matéria, que é eminentemente de técnica jurídica. Nessa perspectiva — eu estou colocando duas proposições. A primeira é de que em Minas Gerais há norma idêntica à proposta por V. Ex.^a, mas é pelo poder constituído originário e o poder constituído originário tudo pode. Ao contrário do de São Paulo, pois este sim decorre do poder constituído derivado. São Paulo está sob a representação que o Governador de São Paulo encaminhou ao Procurador Geral da República, para que ele representasse junto ao Supremo Tribunal Federal, uma ação direta de inconstitucionalidade e pedir que seja declarado nulo o dispositivo em razões de ordem jurídica que eu já expliquei.

Quanto à possibilidade de se conferir ao servidor antes de 1967 uma modalidade de contagem diferente, eu quero dizer a V. Ex.^a que, primeiro, eu coloquei na minha brevíssima alocução, coloquei a palavra “prestado” no sentido genérico. Não quis dizer “exercidos”.

E quero dizer a V. Ex.^a que quanto ...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — E como professor, tem que ter cuidado.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Certo, mas V. Ex.^a há de concordar que eu não estava numa sala de aula, mas eu estava dizendo a V. Ex.^a ...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Mas pelo que V. Ex.^a deu a entender, parecia.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Não. Estou tentando dizer a V. Ex.^a que, lamentavelmente, dentro do nosso Ordenamento Jurídico, não há direito adquirido do funcionário contra o Estado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — De outro Estado?

O Sr. Luiz Roberto Soares — De nenhum.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO (Orador)

O Sr. Luiz Roberto Soares — ... contra o Estado. O Estado aí, como entidade jurídica, eminente Deputado. Não há direito adquirido ao funcionário. A lei alcança situação pretérita, sem que se possa dar ou conferir, ou deferir ao funcionário direito adquirido. Sempre que uma lei nova surge, ela alcança todos os efeitos pretéritos. Toda a legislação que até então regulava, normatizava a situação do funcionário deixa de existir em razão da lei nova. Esta é uma sistemática da nossa Constituição, que desde a primeira Constituição tem sido sistematicamente adotada.

V. Ex.^a pode questionar da justiça ou não dessa colocação. Mas eu deixarei para outra oportunidade, para que V. Ex.^a possa encerrar.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, só para deixar a Tribuna, eu lembro a V. Ex.^a que a colocação feita pela Bancada respeitável de V. Ex.^a, foi no único sentido de que o M.D.B. não tivesse êxito na sua colocação. Eu vou sair da Tribuna, deixando clara essa posição. Se tal não ocorresse, não haveria aprovado aquela Proposição que é lei ordinária, e não emenda constitucional. É por essa razão que V. Ex.^a comete uma flagrante injustiça. É só por isso.

É a minha revolta, daí sim vai a minha revolta. Se para a ARENA pode ser aprovada uma lei ordinária, flagrantemente, absurdamente inconstitucional, não haveria razão de deixar de aprovar uma emenda constitucional proposta pelo MDB, que no meu entender nada há de inconstitucional.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 29 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO — 2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 178/77, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 138/77, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva conferir ao Poder Executivo, autorização para permutar com o Município de Maringá, área de terras de propriedade do Estado, cuja metragem e características que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Domício Scaramella.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Eu pediria a V. Ex.^a, Sr. Presidente, que antes de entrar na Ordem do Dia, a possibilidade da chamada nominal, porque me parece não há "quorum" para deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência defere e depois de devidamente alertados os Srs. Deputados que se encontram em outras dependências da Casa, o Sr. 1.º Secretário fará a chamada para a constatação de "quorum".

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal dos Srs. Deputados para a verificação de "quorum").

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Responderam a chamada 23 Srs. Deputados.

Em votação no turno de 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 178/77. — Aprovado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem) — Sr. Presidente.

Com base no Regimento Interno, requeiro a V. Ex.^a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência defere.

(Faz a verificação)

(Pausa)

20 Srs. Deputados Aprovam;

1 Sr. Deputado Rejeita;

1 Sr. Deputado não votou.

Estão presentes, 23 Srs. Deputados. Não há "quorum" para deliberação.

A Presidência deve informar ao Deputado Fidelcino Tolentino em especial, que decorridos os 90 (noventa) dias da data da apresentação da Proposta de Emenda à Constituição do Estado, consubstanciada na Proposição n.º 538/77, a Presidência por força inconstitucional, vai determinar o arquivamento da referida proposição.

Retirando-a, portanto, da Ordem do Dia.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem) — Eu, aproveitando esta questão de ordem que V. Ex.^a me concede, quero dizer que interporei recurso administrativo à Mesa, para devolução de prazo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência indagaria do eminente Deputado, sem dialogar, se S. Ex.^a tem base regimental, para interpor recurso à Mesa, contra a decisão da Mesa?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, dialogando, não há nenhuma indisposição deste Deputado com a Mesa, muito pelo contrário.

Quero ver se encontra amparo no Direito, e não só no direito substantivo mas no adjetivo, também e, com base nele farei a minha proposição à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência mantém a decisão e solicita da Assessoria, despache para arquivamento, a Proposição n.º 538/77. Depois de haver exaustivamente confrontado data de entrada e de apresentação, à consideração do Plenário. Por esta razão a Presidência deixa de colocar à consideração dos Srs. Deputados, em turno de votação, no turno de primeira discussão, os Projetos de Lei n.ºs 09/78, 16/78, 18/78, 21/78. Sobrestando também em votação única o requerimento de autoria do Sr. Deputado Aragão de Mattos Leão, que solicita 20 (vinte) dias de licença para tratar de assuntos particulares.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando seja encaminhada à Comissão Especial que estuda anteprojeto que reestrutura a Procuradoria Geral do Estado, sugestão de emenda aditiva. — À Comissão Especial, que estuda a reestruturação da Procuradoria Geral do Estado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Concília Lombardi Cunha, ocorrido nesta Capital. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Mário Pimentel de Camargo, ocorrido na cidade de Cascavel. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Concília Lombardi Cunha. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Del Ciel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, objetivando a efetivação da

pavimentação asfáltica da estrada Itambé—São Pedro do Ivaí.— Em discussão — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, em forma de apelo no sentido de que determine melhorias na estrada de União da Vitória a Porto Vitória e na estrada de Porto Vitória a Bituruna.— Em discussão — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldenício Barbalho, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, através da TELEPAR, um posto telefônico na sede do Distrito de Douradina, Município de Santa Helena.— Em discussão.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldenício Barbalho, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, em forma de apelo, no sentido de ser determinada a instalação de uma agência do Banco do Estado do Paraná S/A., na sede do Distrito de Douradina, Município de Santa Helena.— Em discussão.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Administração, em forma de pedido de informações sobre cumprimento integral do convênio celebrado pela Secretaria da Administração com a Prefeitura Municipal de Arapongas.— Em discussão.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bernardi, lido da tribuna, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado, Secretário das Finanças e ao Ministério da Fazenda (Comissão de Financiamento à Produção), enfatizando a necessidade premente de serem canceladas as autorizações de venda de milho paranaense no mercado brasileiro com isenção do ICM.— Em discussão.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, lido da tribuna, solicitando sejam encaminhados expedientes aos Srs. Diretores do Banco Central e do Brasil, pleiteando providências de amparo à bovinocultura, a exemplo do que foi concedido à agricultura, face às consequências desastrosas da prolongada estiagem que assola a região Centro Oeste do Paraná.— Em discussão.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando sejam encaminhados expedientes aos Srs. Ministro da Agricultura e Presidente da Comissão de Financiamento da Produção, em forma de apelo no sentido de que sejam liberadas as cotas de milho destinadas aos suinocultores e avicultores do Estado.— Em discussão.— Encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Para falar em Explicação Pessoal, concedo a palavra ao Sr. Deputado Otássio Pereira.

SR. OTÁSSIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Só a História poderá julgar e registrar a importância, a seriedade e a gravidade do momento político que estamos atravessando. O Brasil, na situação política de hoje, foi muito bem definido pelo renomado historiador, Professor Sérgio Buarque de Holanda, em importante entrevista concedida ao jornalista Jary Cardoso, da Folha de São Paulo: "É UM PAÍS QUE PODE SE DAR AO LUXO, EM PLENO SÉCULO XX, DE RESTAURAR O ABSOLUTISMO, AS CAPITANIAS, A INQUISIÇÃO E O BANIMENTO POLÍTICO DOS CIDADÃOS".

A nação está intranquila, o povo brasileiro nunca se sentiu, em nenhum momento de nossa História, tão inseguro. Os desmandos se superaram a si mesmos e fizeram despertar do torpo, da coma, da letargia da fidelidade — a qualquer custo — da obediência cega e muda, da subordinação total, da subserviência, até aos próprios homens da Arena. O senador Magalhães Pinto, tido e havido como o líder civil da Revolução de 31 de Março, foi o primeiro a abrir a torneira, ou a porteira.

Não pensara nisto, por certo, o grande senador mineiro, ao se candidatar, pública e notoriamente, à Presidência da República Federativa do Brasil. O menosprezo dos homens do poder teriam acordado, no ilustre senador, os brios do político de tradição, a honorabilidade do cidadão; a desconsideração dos donos do poder ter-lhe-iam avivado na memória as responsabilidades por ele acumuladas, na história de sua vida política, com toda a Nação brasileira e, de modo especial, com o povo da grande Minas Gerais. Mas, a esta altura, não pueria mais recuar. Sua atitude de hoje lembra a afirmação de ontem, escrita por grande poeta lusitano: "SAIBA MORRER AQUELE QUE VIVER NÃO SOUBE".

Honra seja dada nesta hora, ao senador Teotônio Vilela, quer no seu Projeto Brasil quer por suas caminhadas pregando a redemocratização deste País. Lamentavelmente, o nobre senador parece ter pregado no deserto.

Todavia, na oportunidade do 1.º de Maio recém transato outro acontecimento surpreendeu aos homens no governo: a insatisfação popular, o descontentamento das classes trabalhadoras — até então apenas latente — se fez potencial e manifesto. E a realizada deste fato foi registrada e analisada por dois dos mais abalizados editorialistas da Folha de São Paulo, que asseveraram: Permitam-me, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a leitura desses dois editoriais, que por sua abalizada oportunidade, deveriam passar aos anais desta Colenda Casa de Leis:

DA SEGURANÇA AO "SUSPENSE"

Veja-se que País é este (para utilizar a expressão máxima do talento de Francelino Pereira): o único governador que impôs sua vontade foi o do Maranhão, Nunes Freire. Outros governadores tiveram a sorte de verem seus preferidos também preferidos pelo Palácio do Planalto. Mas o velho "coronel" maranhense foi claro: Sarney, nunca. E ganhou. Nunes Freire, que já estivera prestes a ser cassado, que não era recebido pelo Presidente há dois anos, um pária político, envolvido num novelo de acusações, num assomo de autenticidade enfrentou a olímpica prepotência palaciana e a venceu.

Isto significa que com um mínimo de determinação, punhado de boas razões e ficha pessoal, menos comprometida, pode-se enfrentar com tranquilidade os leões do Planalto: Paulo Maluf, em São Paulo não acatou o laudo em favor de Laudo e vai disputar a convenção estadual da Arena. Breve, com o decidido apoio de Magalhães Pinto, teremos a convenção mineira convertida em outro núcleo de guerrilha. As convenções estaduais, programadas inicialmente como festinhas domésticas para consagrar os nomes indicados pelo Palácio, prenunciavam-se como caixinhas de surpresas. Tudo pode acontecer num País em que Nunes Freire é um rebelde vitorioso.

Com sua contundente sabedoria, Magalhães Pinto teria sentenciado recentemente: "Eu estou por baixo apenas porque os outros estão por cima. Logo, quando eles estiverem por baixo ..." Estamos na estaca zero. A única coisa clara e definida é a presença de Geisel na Presidência até 15 de março

de 79. A própria candidatura de Figueiredo, segundo transpirou, sofreu abalos momentâneos, quando o Chefe do SNI esteve a ponto de "pedir o quepe". O respeito que vota ao presidente e a lealdade aos companheiros que recentemente o colocaram como o primeiro da lista para promoção ao posto máximo do Exército, fizeram-no desistir do intento.

Neste panorama traumatizado, a expectativa profética de Magalhães faz muito sentido. O barril flutuando em mar agitado, pode facilmente girar e aqueles encarapitados em cima, fatalmente mergulharão. Hoje, tudo é incógnita - das convenções estaduais à eleição presidencial pelo colégio eleitoral. O que era líquido e certo passou a problemático e preocupante. Não se quis correr riscos e agora está tudo arriscado.

O general Figueiredo, que se preparava desde já para concentrar-se em programas e equipes de governo, terá que desgastar-se até setembro para garantir as convenções estaduais. Durante o mês seguinte, ocupar-se-á em consolidar sua posição ante o colégio eleitoral e em novembro terá que enfrentar eleições parlamentares onde a Arena, esperemos otimistas, no mínimo, será esfrangalhada. Portanto, apesar de tanto malabarismo e prepotência para dar ao condidato tempo livre para compor um Governo, Figueiredo, na realidade, só terá três meses (dezembro a março), para fazer articulações finais. Convém não esquecer que entrementes as reformas políticas para propiciar a "abertura" serão promulgadas, o que fatalmente aumentará o nível de pressão. E para finalizar este rol de desventuras prospectivas, considere-se que o Governo Figueiredo inaugurará este processo de abertura. Quem da Arena, nestas condições, aceitará o cargo de Ministro do Trabalho?

Quando Nunes Freire faz o que quer é porque estamos em pleno reinado do "suspense". — A.D.

UM DIÁLOGO ARTIFICIAL

São Paulo

Há algo que parece ser ignorado pelos estrategistas oficiais que estão traçando o plano de conquista do apoio dos trabalhadores ao Governo do General Ernesto Geisel. Eles desconhecem visivelmente a evolução do pensamento político operário no mundo inteiro, caracterizado por um sindicalismo cada vez mais realista e menos ideológico. Nada prova melhor esse procedimento do que as manifestações, reivindicativas organizadas na periferia de São Paulo, à margem do banquete no Palácio dos Bandeirantes, espetáculos gratuitos no Municipal, quermesses no Ceret.

Quem diria, há dois ou três anos, que seria possível assistir ao que se viu neste 1.º de Maio em alguns bairros paulistas? Concentrações populares em São Miguel Paulista, Cangaíba, Itaquera, Vila da Praia, com suas igrejas e lugarejos públicos repletos de trabalhadores reivindicando melhores salários, protestando contra os índices fixados para o salário mínimo, pedindo direito de greve. E, o que é muito significativo, aos trabalhadores, juntarem-se donas de casa e representantes das comunidades de bairro, dando às manifestações um aspecto de frente comum contra a alta do custo de vida e a falta de condições para aumentar a qualidade humana dos setores menos protegidos da população.

Esse fenômeno que assinala o pragmatismo do moderno pensamento sindical alcançou o seu apogeu, precisamente, há dez anos, durante a famosa pequena revolução estudantil de maio de 68, em Paris. A massa estudantil, saindo de Nanterre, já havia praticamente dominado a capital francesa. Foi quando, com grande surpresa, os comitês de estudantes que se haviam dirigido às grandes fábricas da periferia de Paris, esperando obter o apoio dos trabalhadores, receberam uma negativa formal. O movimento, especificamente intelectual, "destinado a recolocar a imaginação do poder", não foi considerado pelos trabalhadores como merecedor dos riscos a que iriam se expor se a ele aderissem. A mesma atitude, foi desde o início assumida pelos trabalhadores europeus com relação ao terrorismo, denunciado como uma reação típica de classe média e que nenhum benefício traria às classes trabalhadoras.

É evidente, assim, que a demagogia, de direita ou de esquerda, não consegue enganar facilmente os trabalhadores de hoje por muito tempo. E nesse caso deve ser ressaltada a conscientização de uma parcela cada vez maior do trabalhador brasileiro, apesar de tantos anos de quase completa reclusão no que se refere ao movimento sindical mundial. O Sr. Arnaldo Prieto, Ministro do Trabalho, parece não se ter dado conta desse fenômeno. E está vendendo ao Presidente Ernesto Geisel uma imagem superado sindicalismo nacional. Mas a cada dia que passa essa deformação se torna mais evidente. E surge em toda a sua fragilidade o diálogo artificial que o Governo vem estabelecendo com as cúpulas sindicais, ainda em sua absoluta maioria dominadas pela desmoralizada figura do pelego. Foi o que 1.º de Maio deste ano provou uma vez mais.

S.W.

E os líderes da Arena estão sabendo de tudo isso, sentindo tudo isso e se ressentindo de tudo isso. Aliás, ao que parece é essa uma das grandes razões que me trouxeram mais uma vez, à tribuna desta Casa, — ao que parece, descobriram que a tábua de salvação para sua sobrevivência política, a própria e a do próprio partido, que é do governo, ainda que jamais estivesse no governo, é exatamente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a BANDEIRA DESFRALDADA, JÁ HÁ MUITO TEMPO, PELO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO: A EXTINÇÃO DO AI-5, A REVOGAÇÃO DO 477, O FIM DOS ATOS DE EXCESSÃO, A VOLTA AO ESTADO DE DIREITO.

Só está faltando aos homens da Arena, aos homens da Situação, é se declararem Pais da Criança, Autores dos ideais democráticos do MDB e abraçarem a Causa - do MDB e do Brasil, pela Constituinte. Aí estará assentado, verdadeiramente, o alicerce ideal, para que se inicie e se efetive, o tão propalado diálogo. Um diálogo que só será possível quando os homens que estão no poder reconhecerem que TODO PODER EMANA DO POVO E SÓ O PODER RECEBIDO DO POVO PODE, EM SEU NOME, SER EXERCIDO.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para sexta-feira, dia 05, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.